



OBSTÁCULOS AO AJUSTE FISCAL

O descalabro fiscal de 2014 – leia-se ganância para ganhar eleições –, acentuado em 2015, provocou um *deficit* primário recorde de R\$ 170 bilhões em 2016. Se fosse preciso emitir moeda para cobri-lo, a inflação explodiria. O rombo, acrescido dos juros, foi coberto com o inchaço da dívida pública, como de costume. Mas é bom lembrar que a expansão da dívida tem um limite que, se for ultrapassado, irá nos conduzir a uma mistura explosiva de hiperinflação com megarrecessão.

A mudança de rumo requer medidas impopulares e desgastantes. Entretanto, é indispensável controlar as principais fontes de gastos: o desequilíbrio na previdência social, os juros da dívida pública e o aumento dos custos unitários dos serviços ofertados pelo setor público.

Existem três caminhos, não necessariamente excludentes, para reduzir o *deficit* na previdência social. O primeiro é aprovar medidas que aumentem a idade mínima permitida para a concessão de aposentadorias. O segundo consiste em estabelecer uma espécie de subsídio cruzado entre as aposentadorias do setor público – que são muito mais elevadas – e as do setor privado para o financiamento das despesas no período de transição das regras antigas para as novas. Por fim, o terceiro constitui criar um imposto sobre grandes fortunas, visando financiar a consolidação das alterações necessárias.

Os juros nominais da dívida pública podem cair se a inflação der sinais de que voltará para o centro da meta, como está acontecendo. Mas os juros reais somente vão diminuir se o governo frear o crescimento da dívida e negociar prazos mais longos de pagamento. Isso, por sua vez, dependerá da redução do *deficit* e da desejável volta de um robusto *superavit* primário.

O aumento dos custos unitários dos serviços públicos e a consequente pressão exercida sobre as finanças dos três entes federativos, especialmente os municípios, são problemas que demandam mais tempo para serem solucionados. Um exemplo dramático são as filas e a demora para conseguir atendimento médico nas unidades de saúde do setor público. Esse fenômeno não se deve apenas a falhas na gestão de um sistema complexo, mas também à falta de recursos para criar e manter unidades de atendimento para todos. Um fator agravante: promessas realizadas nas últimas eleições municipais sinalizam elevação de custos em outros serviços, como educação (escolas em tempo integral) e transporte (ônibus climatizados e gratuidade crescente para estudantes e idosos). Correndo por fora, também haverá aumento *per capita* na geração de resíduos sólidos. Apesar disso, é possível adotar medidas mitigadoras para abrandar esse cenário: investimento em medicina preventiva, melhora do desempenho dos transportes (corredores exclusivos de ônibus) e redução da geração de resíduos sólidos (reciclagem).

São imensas as resistências sociais, políticas e jurídicas a ações que visam reverter juros e reestruturar questões ligadas à previdência e aos serviços públicos, ainda que permitam alcançar resultados positivos, como a diminuição do desequilíbrio fiscal. Se tais resistências forem vencidas, a simples inflexão dessa tendência fará com que o dinheiro empoçado nas contas dos agentes privados se transforme em investimentos e o produto interno bruto (PIB) voltará a crescer. Se não forem, num futuro próximo lembraremos com saudades da crise indigesta que vivemos hoje, visto que a situação pode tornar-se ainda pior.

A EXPANSÃO DA DÍVIDA PÚBLICA TEM UM LIMITE QUE, SE FOR ULTRAPASSADO, VAI NOS CONDUZIR A UMA MISTURA EXPLOSIVA DE HIPERINFLAÇÃO COM MEGARRECESSÃO.